

ANEXO I DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º)

- 1 - Pedro Manuel Moniz Pereira Alfaro Cardoso, titular do Cartão de Cidadão n.º 05162723 0ZZ3, com domicílio profissional no Largo do Calhariz, n.º 30, 3.º andar, em Lisboa, na qualidade de procurador da **Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.**, pessoa colectiva n.º 500 918 880, com sede no Largo do Calhariz, n.º 30, em Lisboa, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **Concurso Público n.º 001 /CP /CPI/SA/14 para Aquisição de Serviços de Seguros**, promovido pelo **Município de Pombal**, declara, sob compromisso de honra, que a Sociedade sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2 - Declara também que, a Sociedade sua representada, executará o referido contrato nos termos previstos no seguintes documentos, que junta em anexo:
 - a) Proposta;
 - b) Condições Gerais.
- 3 - Declara ainda que, a Sociedade sua representada, renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
 - b) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
 - c) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
 - d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
 - e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
 - f) Tenham sido objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do Artº 71 da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no nº1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
 - g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
 - h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

- i) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, não foram condenados por algum dos seguintes crimes:
- i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
- 5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- 6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e), e i) do n.º 4 desta declaração.
- 7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 30 de junho de 2014

Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A

O Procurador



(Pedro Manuel Moniz Pereira Alfaro Cardoso)

Eu, abaixo assinada, **Carla Coelho – Advogada** – titular da Cédula Profissional n.º 18077L emitida pela Ordem dos Advogados, **reconheço a assinatura retro de Pedro Manuel Moniz Pereira Alfaro Cardoso**, pessoa cuja identidade verifiquei pela exibição do Cartão de Cidadão número 05162723 OZZ3, válido até 14/07/2014, emitido pela República Portuguesa, **na qualidade de procurador da “Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.”** com poderes para o ato, conforme procuração, de 19 de setembro de 2012, que me foi exibida.

Lisboa, 30 de junho de 2014

Reconhecimento **GRATUITO**,

Registado on-line na Ordem dos Advogados sob o n.º 18077 L/ **14595**

Poderá consultar este registo em <http://oa.pt/atos> usando o código **19562521-792935**.

A Advogada,

